

Clipping n° 1046

, 08 Agosto 2012 - 12:41:23

Manual do Gestor da Indústria Gráfica será lançado na Bienal

Durante a 22ª Bienal do Livro de São Paulo, no dia 15 de agosto, será lançado o livro Manual do Gestor da Indústria Gráfica. A publicação auxilia aqueles que pretendem se aventurar neste ramo de negócios, e mesmo os que já atuam nele. O evento será realizado no estande das editoras Sesi-SP e Senai-SP, às 16h, sendo precedido pela mesa de debates A Indústria Gráfica, com participação de Fabio Mortara, Cláudio Baronni, Manoel Manteigas de Oliveira e o autor do livro, Flávio Botana. Para ter acesso à completa grade de eventos que serão realizados no estande das editoras na Bienal, acesse o link. RV& **A Projeto de pesquisa sobre impressão eletrônica avança de fase**

A Basf, a TU Darmstadt e a Heidelberg anunciaram que estão satisfeitas com os resultados obtidos na primeira fase do projeto de pesquisa sobre impressão eletrônica que desenvolvem em parceria, denominado Nanostructuring and plastic electronics print platform (NanoPEP). Segundo as empresas, os pesquisadores designados para o projeto estão trabalhando em materiais funcionais desde 2009 e relataram inovadores métodos de processamento de impressão. As experiências têm resultado em aplicações no campo da eletrônica orgânica com base na condução de polímeros e pequenas moléculas de química orgânica, se mostrando como uma tecnologia com futuro potencial de aproveitamento econômico, tendo como áreas de aplicação circuitos orgânicos e dispositivos de armazenamento para energia fotovoltaica e LEDs orgânicos. As empresas também informaram que um significativo progresso foi alcançado na produção dos primeiros elementos funcionais em laboratório, que utilizaram uma impressora rotativa baseada no modelo Gallus RCS 330. Assim, o processo de produção em escala industrial destes elementos, com base em métodos de impressão modificada, deve demorar cerca de dois anos.

Preço dos alimentos pressionado inflação em julho; tomate sobe mais de 50%

A alta dos preços de alimentos pressionaram a inflação de julho. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 0,43% em julho, após alta de 0,08% em junho, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta quarta-feira (8).

Os preços de alimentos subiram em julho em todo o mundo por causa da seca nos Estados Unidos, que afetou a colheita de commodities como soja e trigo. No Brasil, alguns alimentos frescos também subiram de forma atípica, como o tomate (que teve alta de 50,33% em julho).

No acumulado em 12 meses, o índice acelerou para 5,20%, ainda dentro da meta oficial do governo (de 4,5% pelo IPCA), com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Nesta semana, o mercado aumentou pela quarta vez seguida a perspectiva de inflação para 5% em 2012, segundo o Boletim Focus.

A alta da inflação ainda não chega a ameaçar a atual política de redução dos juros básicos do Banco Central, segundo analistas. O BC reduziu a taxa básica de juros (Selic) em oito reuniões seguidas desde agosto do ano passado, como parte de uma estratégia mais ampla do governo para aquecer a economia, derrubada pela crise na indústria e por altos custos de produção.

IPCA

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio

para o público final, mostrando, assim, o aumento do custo de vida para a população. O indicador é divulgado mensalmente e é considerado o índice oficial de inflação do país. UOL Notícias

Senado aprova fim de pagamento 'extra' de 10% ao FGTS na demissão

O Senado aprovou nesta terça-feira, por unanimidade, projeto que extingue o pagamento de 10% sobre o montante do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para o empregador nos casos de demissões sem justa causa.

A mudança não tem relação com a multa de 40% paga pelos patrões aos empregados nas demissões sem justa causa, como previsto pela legislação brasileira. No caso dos 10%, os recursos são destinados ao fundo, e não ao trabalhador.

O pagamento foi criado em 2001 para corrigir o saldo do FGTS. O projeto aprovado hoje acaba com a cobrança com o argumento de que as contas já foram sanadas --por isso não deve ser mantida.

Relator do projeto, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que desde 2010 as contas do fundo estão equilibradas, motivo que justifica a extinção da multa.

"Era uma cobrança extra, provisória, tomada por decisão judicial para fazer um reequilíbrio das contas do FGTS. Desde então, esses valores excedem o fundo."

O projeto prevê que o fim do pagamento passe a vigorar no dia 1º de junho de 2013, quando Jucá calcula que o texto já terá concluído sua tramitação no Congresso.

Com a aprovação no Senado, o projeto segue para votação na Câmara.

Jucá disse que, em 2001, o pagamento "extra" ao FGTS foi criado cumprindo decisões judiciais que obrigaram o fundo a ressarcir empregados atingidos por antigos planos econômicos.

"As contribuições tiveram o expresso propósito de resolver o descompasso causado entre a correção dos saldos das contas individuais do FGTS determinada pelo Poder Judiciário em razão de planos econômicos específicos e o patrimônio do Fundo", afirmou o senador. UOL Notícias

Receita libera hoje consulta ao terceiro lote de restituições do IR 2012

Brasília - A Receita Federal abre hoje (8), às 9h, a consulta terceiro lote de restituições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2012. Serão creditadas restituições para 2.286.395 contribuintes, com correção de 3,06%. O dinheiro será depositado no banco na próxima quarta-feira (15). Para saber se está no lote, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na internet ou ligar para o Receitafone (146).

Também há restituições que cairão na malha fina em 2011, 2010, 2009 e 2008. No total, serão depositados R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 2,134 bilhões se referem ao exercício de 2012.

Para o exercício de 2011, serão creditadas restituições para 16.051 contribuintes, com correção de 13,81%. Do lote de 2010, serão creditadas restituições para 7.664 contribuintes, corrigidas em 23,96%. Em relação ao lote residual de 2009, serão creditadas restituições para um total de 5.427 contribuintes, corrigidas em 32,42%. No caso do de 2008, serão creditadas restituições para 2.582 contribuintes, com correção de 44,49%.

Se a restituição não for creditada no banco, o contribuinte poderá entrar em contato com qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para a Central de Atendimento da instituição por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (pessoas com deficientes auditivos), para agendar o crédito em conta-corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer banco. Agência Brasil

INSS entra na Justiça com ações para que agressores de mulheres paguem por prejuízos causados ao órgão

Brasília - Os agressores poderão ter de ressarcir os cofres públicos os benefícios, como auxílio-doença, pensão por morte ou por invalidez, pagos a mulheres vítimas de violência doméstica seguradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As primeiras ações regressivas (cobrança do agente causador o valor pago por algum tipo de indenização) foram ajuizadas hoje (7) pelo instituto, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU). O INSS não tem dados sobre o quanto é gasto com esses benefícios.

Duas das ações ajuizadas são de moradoras no Distrito Federal, unidade da federação que registrou o maior número de

denúncias de agressões no primeiro semestre de 2012. Elas foram feitas por meio do Disque 180, Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Um dos benefícios chega a R\$ 156 mil, que será concedido até 2030. O valor das ações regressivas será pago pelos agressores, segundo determina o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil.

De acordo com o presidente do INSS, Mauro Hauschild, o objetivo das ações é, além de ressarcir o gasto feito pelo Estado, desestimular esse tipo de agressão. O efeito mais importante, mais do que a reparação, é a prevenção. As pessoas comecem a avaliar que estão sofrendo outra ação também [além da penal], disse Hauschild à Agência Brasil.

Vai ser devolvido aos cofres o que o Estado gasta com a violência [contra a mulher], mostrando que o ato de agressão não deve ser impune na esfera penal, mas também em outras. Se podemos lamentar o que ocorre na penal, podemos buscar reparação em outras, ressaltou o vice-advogado-geral da União, Fernando Albuquerque.

Atualmente, alguns casos são levados ao INSS para ressarcimento por meio da articulação entre órgãos do Judiciário. O objetivo, de agora em diante, é fazer que, no ato da concessão do benefício, conste que foi resultante de ato de agressão, o que facilita a identificação dos casos passíveis de ressarcimento. A partir de setembro deste ano, funcionários e médicos peritos das agências da Previdência Social (APSS) serão capacitados para identificar com mais facilidade mulheres vítimas de agressão.

Hoje, com o aniversário de seis anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), no âmbito da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha a Lei é a Mais Forte, ainda foi lançada a cartilha Quanto Custa o Machismo?

Feita pelo INSS em parceria com a SPM, a cartilha traz informações sobre direitos e garantias e orienta sobre como deve proceder a mulher vítima de agressão. As cartilhas estarão disponíveis nas cerca de 1,3 mil APSS, em todo o país.

Se não temos paz em casa, como levaremos isso para o convívio social? Temos que trabalhar a cultura de paz desde o começo da criação, levar essa questão para a escola, educar as crianças de acordo com o respeito à mulher e desconstruir essa cultura, disse Maria da Penha, presidenta do instituto que leva o seu nome.

Em 1983, Maria da Penha foi vítima de agressão do marido Marco Antonio Heredia Viveros e ficou paraplégica. Ele foi condenado por dupla tentativa de homicídio por a ter atingido com uma espingarda e tentado eletrocutá-la no banho, mas está em liberdade devido a recursos judiciais. O caso foi levado à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Brasil por omissão e impunidade. O caso motivou a criação da Lei 11.340/2006, que levou o nome de Maria da Penha.

Segundo a secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM, Aparecida Gonçalves, uma pesquisa feita pelo Senado Federal mostrou 98% da população conhece a Lei Maria da Penha.

É uma lei conhecida porque mexe com o cotidiano da população e cujo símbolo é vivo [Maria da Penha]. Ninguém pode dizer que essa agressão não existe. A iniciativa do INSS é a primeira ação da campanha da SPM, cujo maior objetivo é combater a impunidade. Só se vai conseguir educar se conseguir responsabilizar, disse Aparecida.

A cada cinco minutos uma mulher é espancada no Brasil, o que corresponde a 12 mulheres por hora. É um dado alarmante e preocupante. Em média, 4,4 em cada 100 mil mulheres são assassinadas [por esse tipo de agressão]. São mães e possivelmente mães que deixam filhos órfãos. Quando tal violência ocorre no seio de uma família, há um impacto que leva à grande instabilidade social, declarou o presidente do INSS, Mauro Hauschild. Agência Brasil

Jorge Caetano Fermino